



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681045 - RS (2021/0224337-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CLAUDIOMIRO RODRIGUES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLAUDIOMIRO RODRIGUES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Agravado em Execução n. 0001983- 92.2021.8.21.7000).

Consta dos autos que o paciente fora condenado, atualmente cumprindo a pena em regime aberto.

Aduz a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, ao reformar a decisão de primeiro grau, negando ao paciente a remição da pena pelo trabalho desempenhado quando em regime aberto.

O acórdão recorrido traz a seguinte ementa (fl. 77):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO PELO TRABALHO. REGIME ABERTO. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL IMPOSSIBILIDADE. O art. 126 da LEP expressa claramente que poderá haver remição apenas aos condenados do regime fechado e semiaberto. Impossível a remição no regime aberto, já que a atividade laborai é obrigação do apenado para nele permanecer, não cabendo valoração para fins de remição. Precedentes do STF e desta Corte. Não obstante, a análise do AET revela que o apenado trabalhou extramuros por 133 dias, sendo que durante esse período progrediu ao aberto. Assiste razão ao órgão ministerial quando afirma a necessidade de certificação quanto ao número de dias em que o agravado tenha laborado durante o regime semiaberto, para fins de concessão do benefício almejado. Decisão cassada, Determinada a expedição de

ofício para a casa prisional para que esclareça o número de dias trabalhados pelo agravado no regime semiaberto.
AGRAVO EM EXECUÇÃO PROVIDO.

Alega, em síntese, que a remição decorre do esforço do apenado em trabalhar ou estudar no cárcere, demonstrando seu interesse em ressocializar-se, algo raro entre a população carcerária e que deve ser valorizada pelo Estado.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja revogada a prisão preventiva com a expedição do competente alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente